

**A INVENTIVA BRASILEIRA NA VIRADA
DO SÉCULO XIX PARA O XX
COLEÇÃO PRIVILÉGIOS INDUSTRIAIS DO
ARQUIVO NACIONAL**

*BRAZILIAN INGENUITY AT THE TURN OF THE
19TH CENTURY: THE BRAZILIAN NATIONAL
ARCHIVES' COLLECTION INDUSTRIAL PRIVILEGES*

O Arquivo Nacional, órgão do Ministério da Justiça responsável pela guarda, preservação e divulgação do patrimônio documental do país, acumulou, em mais de um século e meio de existência, um acervo com cerca de cinquenta quilômetros de documentos. Este acervo, de valor inestimável, abriga, sob a denominação de Coleção Privilégios Industriais, um inusitado baú de raridades reunindo desenhos, amostras e pedidos de patentes dos mais variados produtos, que compõem um registro da trajetória da inventiva nacional entre 1870 e 1910.

Desde a sua criação, prevista na Constituição de 1824 e efetivada em 1838, foi atribuída ao Arquivo Nacional a função de depósito compulsório de patentes, o que obrigava cada inventor a deixar na instituição um exemplar do seu invento, bem como do material descritivo correspondente (plantas, desenhos, protótipos). No entanto, é apenas em 1870 que o Arquivo Nacional recebe as primeiras patentes, depositadas num momento em que o avanço do processo industrial despertava a preocupação com a autoria dos inventos. Com a criação do Departamento de Propriedade Industrial, em 1923, transformado em 1970 no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), o Arquivo Nacional deixou de ser depósito legal de patentes.

A coleção, custodiada pela instituição, é composta de 9.301 registros de solicitações de privilégios industriais acompanhados de igual número de relatórios que explicam o funcionamento da invenção ou propõem melhoramentos em inventos já patenteados, cerca de 22 mil desenhos e 619 amostras. Estas são peças (protótipos) feitas de materiais diversos como madeira, metal, papel, tecido, cerâmica, cera, parafina, vegetais e vidros, entre outros.

Em 1984, foi iniciado o trabalho de tratamento da informação do conjunto Privilégios Industriais, que incluiu o arranjo e o inventário dos documentos. Inicialmente, procedeu-se à leitura de cada pedido de patente, seguida do preenchimento de um formulário com as principais informações sobre a patente solicitada. Posteriormente, foram identificados e arranjados os desenhos e amostras que acompanhavam cada um dos pedidos de concessão. A finalização deste trabalho deu-se com a elaboração de um instrumento de pesquisa que incluía índice nominal e de assuntos, indispensáveis à consulta.

Em 1993, o Arquivo Nacional realizou, com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a exposição 'Inventiva Brasileira: 1870-1910', que teve lugar no edifício-sede do banco no Rio de Janeiro e itinerou por outras capitais brasileiras. Esta exposição, organizada a partir do acervo Privilégios Industriais, era composta de 150 desenhos, protótipos, amostras, relatórios descritivos e fotografias que registravam a resposta da inventiva brasileira à aspiração da burguesia cafeeira de transformar o Rio de Janeiro e São Paulo em cartões de visita do país.

A realização desta mostra sensibilizou o BNDES para a necessidade de informatizar o instrumento de pesquisa do acervo, o que foi realizado pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, este instrumento é acessível aos pesquisadores através da base de dados denominada PRIND, instalada na Seção de Consultas do Arquivo Nacional.

Abrangendo as mais diversas áreas do conhecimento, os privilégios industriais são bastante representativos da virada do século XIX para o XX, espelhando as preocupações da época: 70% dos pedidos de privilégio industrial voltam-se para o setor agrícola, com propostas para transporte, armazenagem da produção e defensivos; 20% referem-se às indústrias; e os 10% restantes constam de generalidades, destacando-se as invenções relacionadas à medicina, higiene e saúde. A coleção contém ainda patentes nos setores das artes gráficas, embalagens, alimentação, vestuário, artigos de tocador, mobiliário, materiais de construção, propaganda, iluminação, utensílios domésticos, decoração, jogos recreativos e educativos.

Estes produtos não apontam apenas para temas caros à sociedade brasileira da virada do século; eles são registros da criatividade da inventiva nacional, expressa pelo grande número de patentes originais. Propostas de produtos e inventos que à época pareceriam excêntricos, hoje fazem parte do nosso cotidiano, como a utilização da energia solar, o metrô de superfície como opção para o transporte coletivo urbano, uma ponte ligando o Rio de Janeiro a Niterói, os cinematógrafos e fonógrafos, vários sistemas de refrigeração de armazéns e silos, novas fibras vegetais para a indústria têxtil e de papel, inovações nos sistemas de impressão à cor, dirigíveis, submarinos e até uma cidade flutuante, datada de 1902, destinada a abrigar a população das cidades em épocas de epidemias, de intenso calor ou para o transporte de tropas através do litoral brasileiro. Outros inventos originais eram os abanos acoplados a cadeiras de balanço, o toldo para que as bicicletas pudessem circular em dias de muito calor, o banho portátil, que poderia ser acoplado a qualquer torneira e o 'Telégrafo Vocativo Cambraia', de 1909, que propunha um sistema de comunicação a distância, utilizando-se 'das almas e espíritos que vagam pela estratosfera', este último referindo-se talvez aos atuais satélites de comunicação.

Tudo isso revela a imensa criatividade e o *boom* de invenções do período, expresso de forma exemplar por Machado de Assis, à época alto funcionário da Secretaria de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas, instituição que concedia as patentes. Diz o escritor em *Esau e Jacó*: "Quem não viu aquilo não viu nada. Cascatas de idéias, de invenções, de concessões, rolavam todos os dias, sonoras e vistosas para se fazerem contos de réis, centenas de contos, milhares, milhares de milhares, milhares de milhares de milhares de contos de réis" (Machado de Assis, 1988, p. 159).

O período entre 1870 e 1910 é caracterizado como um tempo de novidades e transformações mundiais geradas pela industrialização, pelo início da utilização da

energia elétrica, pelo surgimento do telégrafo e do telefone, entre outras. Era tempo também do prodígio da técnica, da qual a torre Eiffel de 1889 era um dos exemplos.

No Brasil, este período é marcado pela abolição da escravatura, pela proclamação da República, pela industrialização nascente, reformas urbanas, imigração, avanços da medicina. É também uma fase em que as novidades do tempo vão chegando pouco a pouco: a primeira linha telefônica em 1881, a operação da primeira usina hidrelétrica em 1889, com o objetivo de fornecer energia para uma fábrica de tecidos, o fonógrafo em 1891, o cinematógrafo em 1896, automóveis circulando a partir de 1905. (Sobre a incorporação destes inventos ao cotidiano a partir das relações entre literatura e a técnica, ver Sussekind, 1987.)

A vida nas cidades sofre transformações: o Rio de Janeiro, por exemplo, troca as feições da velha cidade de Mem de Sá pelo ufanismo da ascensão à condição de metrópole civilizada, espaço de reformas urbanas que evidenciavam a força e a extensão que tiveram os ideais de ordem e progresso (Benchimol, 1990).

No que se refere ao Rio de Janeiro, uma das faces mais fortes do progresso representava a transformação da cidade através da higienização e saneamento da paisagem urbana e social, da construção de avenidas e prédios, da adoção de padrões e valores europeus no que dizia respeito à moda, às artes, ao comportamento.

O Rio de Janeiro não era o único exemplo das mudanças que ocorriam no Brasil na virada do século: o desenvolvimento dos cafezais do oeste paulista, que se iniciara na década de 1870, trazia um rompimento com as áreas de agricultura tradicional do vale do Paraíba; suas fazendas empregavam técnicas modernas de produção, utilizavam mão-de-obra livre e as ferrovias substituíam o transporte em lombo de burro.

Todo este contexto de mudanças efervescentes embaladas pela febre da industrialização, pela crença no desenvolvimento agrícola como paradigma do progresso, pelas reformas urbanas e transformações nos costumes está presente no acervo de Privilégios Industriais que contém invenções singulares, idéias geniais, loucas, inexequíveis, que muitas vezes refletem o espírito visionário da época.

Inventores famosos como Thomas Alva Edison e Alexander Graham Bell, que patentearam suas invenções em todos os países, inclusive no Brasil, também estão presentes no acervo do Arquivo Nacional. A instituição abriga ainda inventores brasileiros, cujas patentes revelam as preocupações da sociedade da época. Um exemplo é Augusto Severo de Albuquerque Maranhão que, assim como Santos Dumont, era apaixonado pela idéia de voar. Augusto Severo, que morreu na França pilotando um dos seus balões, patenteou, entre outros inventos, o motor Augusto Severo, um balão dirigível, um mecanismo de direção para balões, o balão Pax e ainda uma máquina rotativa reversível para impressão gráfica. André Cateysson é outro inventor de destaque do acervo de Privilégios Industriais. Apaixonado pela ciência em geral, Cateysson patenteou em 1906 o 'cinturão ideal eletroterápico', que serviria, segundo ele, para dizimar as moléstias do sistema nervoso a partir da distribuição de pequenas descargas elétricas pelo corpo. Cateysson registrou ainda a 'kaonira', pó solidificável e solúvel para aplicação em infecções gerais, o Fulminante Cateysson, destinado a exterminar a saúva, e as 'roupas flutuantes para banho', ideais para os que desejavam usufruir os banhos de mar sem os riscos de afogamento.

O recordista de patentes entre todos os inventores que registraram suas criações no Arquivo Nacional era José Roberto da Cunha Sales, doutor em medicina e direito,

que patenteou 26 inventos. Cunha Sales criou medicamentos como um conhaque estomacal denominado Aperitivo Americano e um xarope destinado à cura da tuberculose. Inventou uma ponte flutuante movida a vapor e registrou, ainda, o cinema em 1897, criado dois anos antes pelos irmãos Lumière, na França.

Entre os inventos registrados no Arquivo Nacional, aqueles relacionados à medicina, saúde e higiene representam uma parte considerável do acervo, refletindo as preocupações dos governantes e dos médicos com a salubridade e a higienização das ruas, casas e indivíduos. Estas patentes revelam ainda as tentativas de intervenção do saber médico que, na virada do século XIX para o XX, buscava normatizar a vida nas cidades (Costa, 1989; Machado *et alii*, 1978).

Para a medicina social, a desordem urbana era responsável pela degeneração da saúde da população. Por isso, o meio ambiente, os aspectos urbanísticos, as habitações e os costumes e práticas tradicionais das cidades eram os alvos prediletos dos médicos higienistas. Estas preocupações que se consubstanciavam nas teses apresentadas às faculdades de medicina apareciam também nos pedidos de patentes depositados no Arquivo Nacional.

Inúmeros inventos tratam da questão dos esgotos, do lixo e do saneamento. Os esgotos das cidades foram contemplados com inventos relativos à lavagem, desinfecção, tratamento e purificação, num total de 54 pedidos de privilégio registrados.

O fato de os serviços de esgotos da cidade do Rio de Janeiro terem sido entregues, em 1862, à Companhia The Rio de Janeiro City Improvements estimulava outras empresas estrangeiras a apresentar projetos relacionados ao assunto. Isto talvez explique uma significativa parcela de pedidos de privilégios industriais vindos de companhias de outros países. Uma delas, a Compagnie de Salubrité, da França, apresentou, em 1890, um 'sistema de instalação de aparelhos para o saneamento das cidades por canalizações pneumáticas'. A invenção relacionava-se à instalação de aparelhos aperfeiçoados para efetuar o saneamento das cidades pela extração pneumática de todas e quaisquer matérias impuras e resíduos de qualquer natureza provenientes dos prédios, das ruas etc. A instalação comportava:

“aparelhos de recepção e de evacuação colocados nos pontos convenientes para recolher as matérias de esgoto, as águas servidas, as águas de banhos, as águas de resíduos industriais etc. e, finalmente, em certos casos, as águas pluviais dos prédios e das ruas. Uma rede de canalização estanque, metálica ou de outra natureza concentrando todos os aparelhos. ... Uma usina de aspiração compreendendo as bombas de vácuo e de líquidos para a constante manutenção do vácuo na canalização e a expiração contínua de todos os líquidos e matérias recolhidas.”

Um pouco mais sofisticada e atenta ao meio ambiente era a patente solicitada por outra empresa francesa, a Compagnie Industrielle d'Assainissement, que, em 1910, propunha um 'dispositivo para a depuração das águas servidas, das águas do esgoto, das matérias fecais e outras'. Seu objetivo era “realizar uma depuração tal que o efluente sai do aparelho em estado límpido, inodoro e inócuo”. O aparelho apresentado continha dois compartimentos, um de desagregação e outro de depuração, realizando uma separação dos gases e dos líquidos. Graças aos “princípios de depuração biológica”, tal dispositivo “suprimia o emprego de suportes ou de substâncias químicas, que podem ser arrastadas para fora do aparelho e dar ao efluente um caráter nocivo”.

O lixo também era alvo de inúmeros pedidos de patentes relativos à sua incineração, transporte, aproveitamento, esterilização, coleta, desinfecção. Alguns inventos chegavam a propor a sua transformação em adubo ou carvão.

Além dos esgotos, do saneamento e do lixo, outros inventos se caracterizavam por tentar imprimir higiene às cidades. No bojo de um projeto de modernização, médicos e governantes se uniam para normatizar a convivência nos espaços públicos e privados (Pechman, 1985; Costa, 1984). A coleção Privilégios Industriais aponta para as tentativas que estes grupos faziam de se apossar do espaço urbano imprimindo a marca da higiene. A palavra higiene, aliás, parecia embasar diversos pedidos de patentes. São casas higiênicas, açougues higiênicos, espartilhos higiênicos etc.

Refletindo estas preocupações destacam-se os inventos relativos à desinfecção de água estagnada, escoamento de águas pluviais, produção de água potável, as inúmeras cuspidadeiras, os banheiros públicos e os aparelhos para lavagem de banheiros, o aparelho para renovação e filtração da água subterrânea da cidade, entre outros.

No que se refere à prática da medicina, os inventos também refletiam um cuidado com a higiene e com a normatização. São inventos relacionados, como a produção de algodão esterilizado, a ambulância desmontável, a atadura esterilizada, as técnicas de conservação de cadáveres, os diversos estojos para médicos e dentistas, o esterilizador de material cirúrgico, uma construção móvel para hospital, inaladores de anestesia, aparelho para uniformização de temperatura em incubadora artificial, seringa para injeção sem dor, dispositivo para conservação de medicamentos à base de suco de crustáceo, entre outros.

Os pedidos de privilégios para medicamentos apresentados entre 1870 e 1910 são inúmeros e se dedicam a assuntos como: afta, azia, beribéri, blenorragia, calo, câncer, caspa, cólera, cólica, contusão, coqueluche, diabete, diarreia, dispepsia, diurese, dor, embriaguez, enjôos no mar, enxaqueca, erisipela, estômago, febre, febre amarela, ferimentos, hemorragia, hemorróidas, hidrofobia, inapetência, infecção, linfite, malária, menstruação, metrorragia, morféia, paralisia, prisão de ventre, sífilis, tuberculose, mordida de animais, esgotamento, reumatismo, sapinho, parasitas, picada de insetos, queimadura, vermes, vômitos.

Acompanhando-se os pedidos de privilégios relativos ao cólera e à febre amarela, duas sérias enfermidades que acometeram as populações das cidades neste período, observa-se a tentativa dos inventores em solucionar problemas de saúde pública. É interessante notar que grande parte dos medicamentos era apresentada como invenção, e que o memorial descritivo que acompanhava os frascos e amostras dos remédios em geral se distanciava do discurso científico que embasava, por exemplo, as teses apresentadas às faculdades de medicina.

José Roberto da Cunha Sales era um dos muitos inventores que apresentaram pedidos relativos a medicamentos. Um deles era um licor destinado à cura do cólera morbus e foi descrito pelo autor da seguinte forma:

“tendo sido em 1856, na vila de Brejo da Madre de Deus, província de Pernambuco, testemunha ocular dos prodigiosos efeitos da polpa e filamento do coco, conhecido entre os indígenas pelo nome de inhamacuru — aplicados em infusão, tanto dos que eram acometidos do cólera morbus, como aos que ainda o não tinham sido, evitando nestes a invasão do mal ...; ao aparecer nesta Corte a notícia de que o cólera morbus

grassava em Buenos Aires, o abaixo-assinado mandou vir desses cocos e procurou estudando cientificamente as propriedades terapêuticas e a ação fisiológica de sua polpa e filamento. Preparou um licor antídoto, ao qual denominou Robertina anticolérica.”

O inventor comenta ainda que, após ter utilizado com sucesso o medicamento, um dos habitantes da vila citada começou a medicar os coléricos fazendo com que o número de acometimentos decrescesse.

A febre amarela, cuja primeira grande epidemia ocorreu em dezembro de 1849, aparece na coleção Privilégios Industriais com quatro pedidos de privilégios que apresentavam propostas para a sua cura e prevenção. Um deles, também de Cunha Sales, era um elixir denominado mata-febre e tinha por base o mesmo inhamacuru apresentado anteriormente.

Outro inventor, o dr. José Ianarelli, propunha, em 1898, curar a febre amarela com a produção do Soro Antiamarílico ou Sorum Antiamaryl, obtido a partir de “animais vacinados com o bacilo Ianarelli e com os seus produtos tóxicos ou imunizados”.

José Fernandes Cal apresentou, em 1904, um “preparado destinado a curar a febre amarela” que beirava a ingenuidade. O dito produto era, segundo seu inventor, um “medicamento composto de substâncias inofensivas, não contendo tóxicos” à base de limão, aguardente, conhaque superior (*sic*), açúcar em infusão. O curioso é que o pedido de privilégio foi solicitado por inventor do Rio de Janeiro, em 1904, quando Oswaldo Cruz já atuava como diretor geral da Saúde Pública na cidade, prometendo acabar com a doença por meio de métodos profiláticos e campanhas de saúde pública.

Finalmente, é interessante ressaltar que a coleção Privilégios Industriais possui, entre os pedidos de patentes relativos à febre amarela, um invento proposto pelo médico João Batista de Lacerda. Este foi um importante médico da segunda metade do século XIX, pesquisador do Museu Nacional e um dos pioneiros da ciência experimental no Brasil (Benchimol, 1995; Lacaz, 1963; Lacerda, 1883; Santos Filho, 1980). Lacerda propunha um preservativo da malária e da febre amarela denominado *Konopothanatus brasiliensis* “uma combinação em proporções definidas de substâncias de origem vegetal com a propriedade, uma vez derramada e esfregada sobre a pele, de preservá-la da picada dos mosquitos e de suas perniciosas conseqüências”. O médico descreve algumas experiências com o seu invento, segundo ele eficazes, realizadas no Laboratório de Biologia do Museu Nacional. Para ele, o medicamento “dispensa essas custosas instalações domiciliares, fechadas com telas de arame, as fumigações com enxofre queimado dentro das casas, a caçada aos mosquitos e larvas nos pântanos, novo suplício de Sísifo, os cortinados e mosquiteiros durante o sono, os véus e as luvas, em horas e horas de trabalho durante o dia”.

João Batista de Lacerda, um dos primeiros estudiosos dos princípios tóxicos dos reinos animal e vegetal, dedicou-se às pesquisas sobre várias moléstias infecciosas. Acreditava ter descoberto o microrganismo da febre amarela, erro em que também incorreram diversos bacteriologistas, entre os quais Noguchi.

Os inventos aqui citados na área de medicina e saúde, saneamento e higiene servem como amostra do acervo de patentes depositado no Arquivo Nacional e das potencialidades que ele oferece. Sua relevância reside nas múltiplas possibilidades de pesquisa que ela permite não apenas por expressar a inventiva brasileira na virada do século, mas, principalmente, por refletir um momento de mudanças e transformações

no espaço urbano das grandes cidades brasileiras, e nas alterações de mentalidade proporcionadas por essas mudanças. Isto pode ser percebido através dos inventos relacionados à propaganda, ao lazer, aos transportes, aos utensílios domésticos, entre outros.

É importante salientar também que este acervo é obviamente fundamental para os estudiosos da história da ciência e da técnica, especialmente para aqueles interessados em trabalhar com novas fontes de pesquisa.

Maria do Carmo Teixeira Rainho

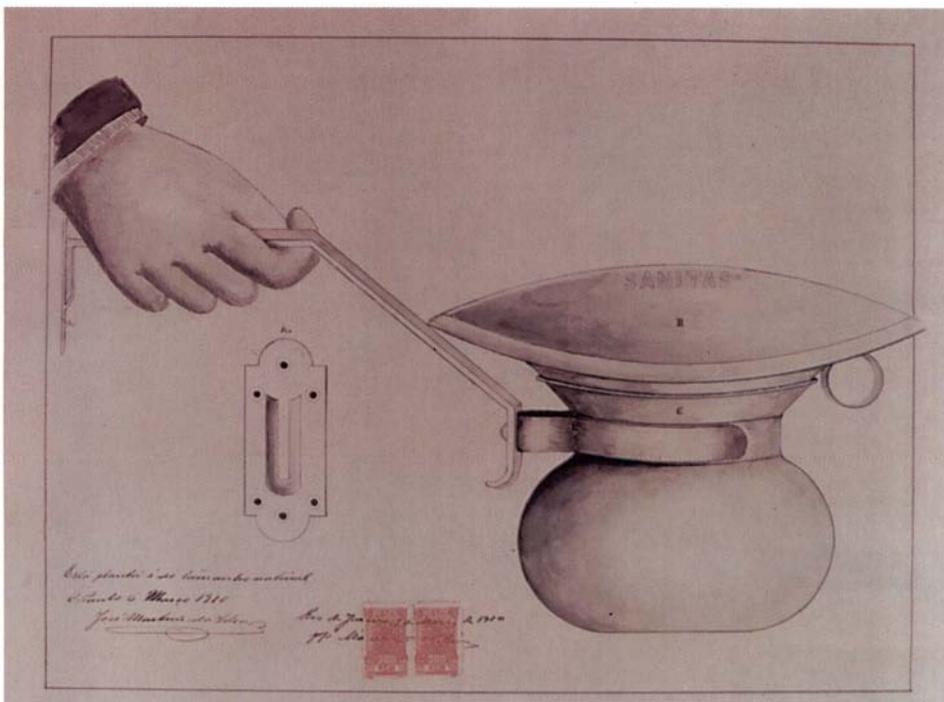
Coordenadora de Pesquisa do Arquivo Nacional
Mestre em História da Cultura (PUC/RJ)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

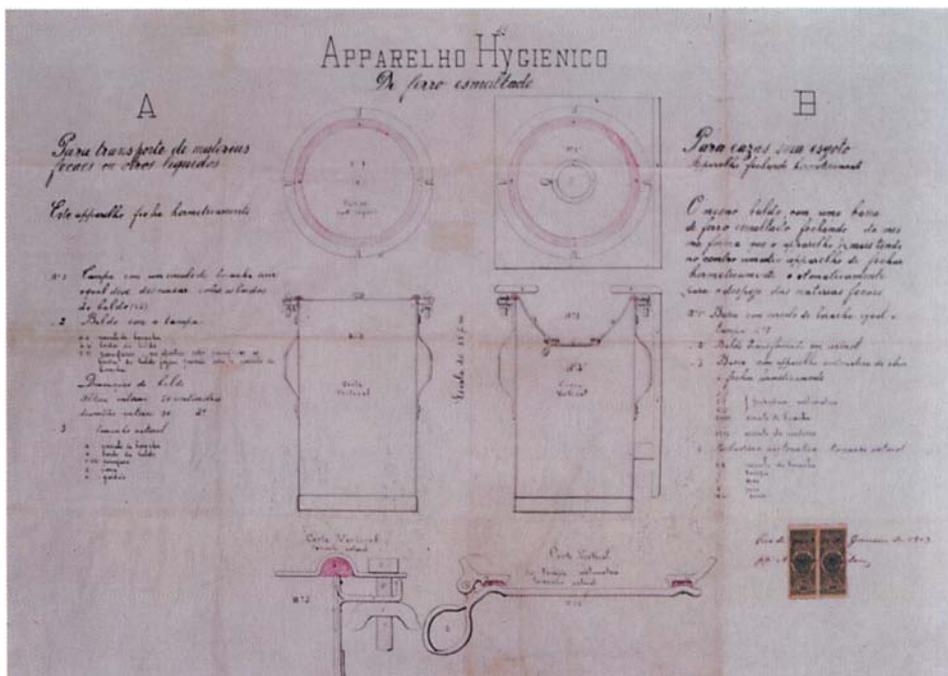
- Benchimol, Jaime Larry
mar.-jun.1995 Domingos José e os primórdios da bacteriologia no Brasil. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. II (1): 67-98.
- Benchimol, Jaime Larry
1990 *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural.
- Costa, Jurandir Freire
1989 *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal.
- Costa, Nilson do Rosario
1984 *A questão sanitária e a cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Escola de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, Seminário Rio Republicano.
- Lacaz, Carlos da Silva
1963 *Vultos da medicina brasileira*. São Paulo, Helicon.
- Lacerda, João Batista de
1883 'Observações demonstrativas da verdadeira causa da febre amarela'. *Annaes Brazilienses de Medicina*. Rio de Janeiro, Typ. Universal de H. Laemmert e C., tomo xxxv (1883-84), pp. 111-20.
- Machado de Assis, Joaquim Maria
1988 *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro, Garnier.
- Machado, Roberto *et alii*.
1978 *Danação da norma*. Rio de Janeiro, Graal.
- Pechman, Sergio e Fritsch, Lilian
1985 'A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século', em *Revista Brasileira de História*, vol. 5, nºs 8 e 9, São Paulo, Marco Zero.
- Santos Filho, Lycurgo
1980 *Pequena história da medicina brasileira*. São Paulo, Parma, vol. 13. Cadernos de História.
- Sussekind, Flora
1987 *Cinematógrafo das letras*. São Paulo, Companhia das Letras.



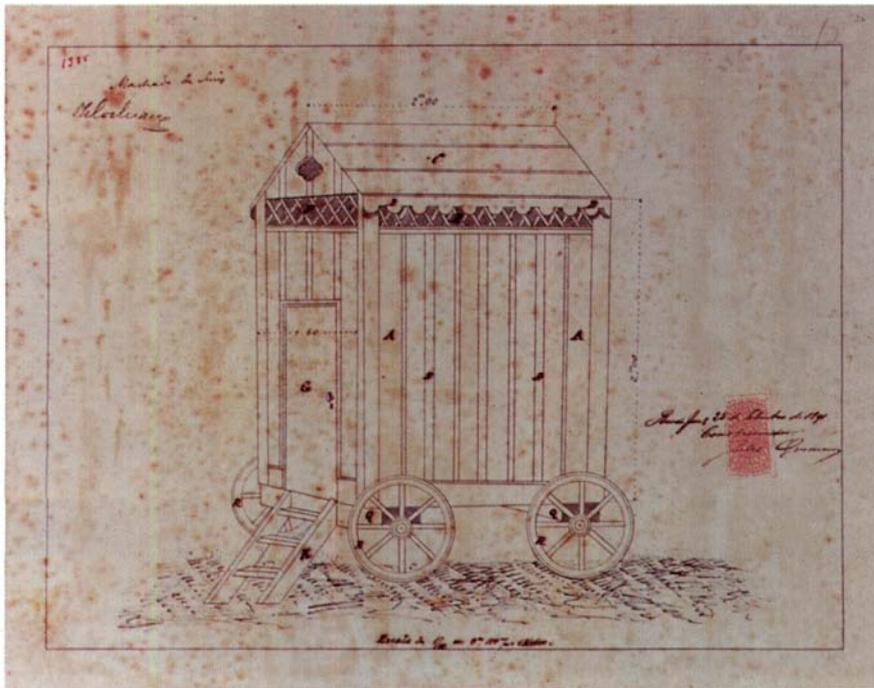
Sistema aperfeiçoado de janelas corrediças e contrapeso, denominado guilhotina. Inventor: Rodolfo Ahrons, 1906. Privilégio Industrial 4442. Patente concedida. Tinha por objetivo facilitar a limpeza e a ventilação.



Cuspideira Sanitas. Inventor: José Martins da Silva, 1910. Privilégio Industrial 8053. Pretendia evitar a “exposição e fermentação” de uma babugem repugnante.



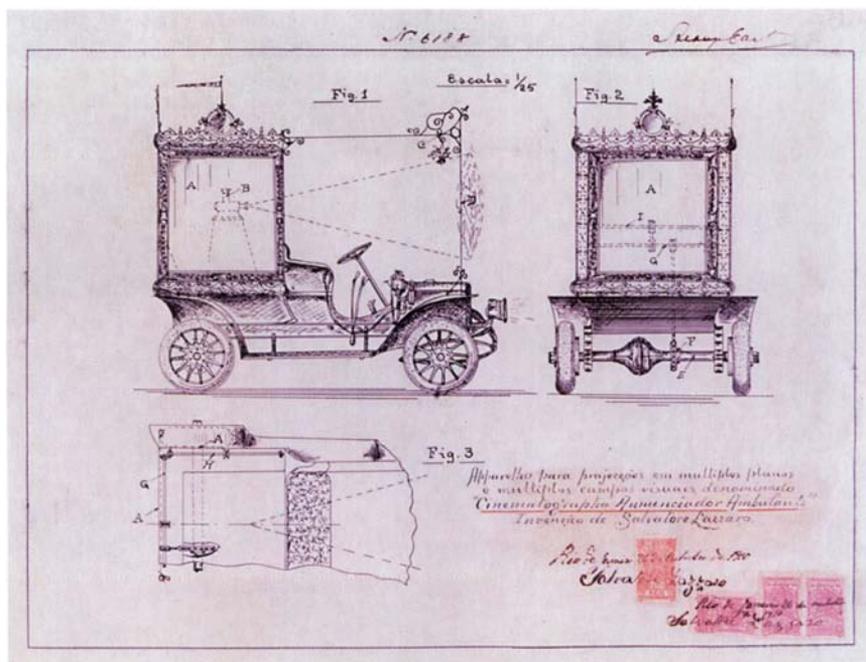
Aparelho higiênico. Inventor: Manoel Vieira de Mello, 1903. Privilégio Industrial 6435. Sucessor moderno dos ‘tigres’ — barris com dejetos domésticos que eram despejados nas valas pelos escravos —, este invento destinava-se a casas que não possuíam sistema de esgoto.



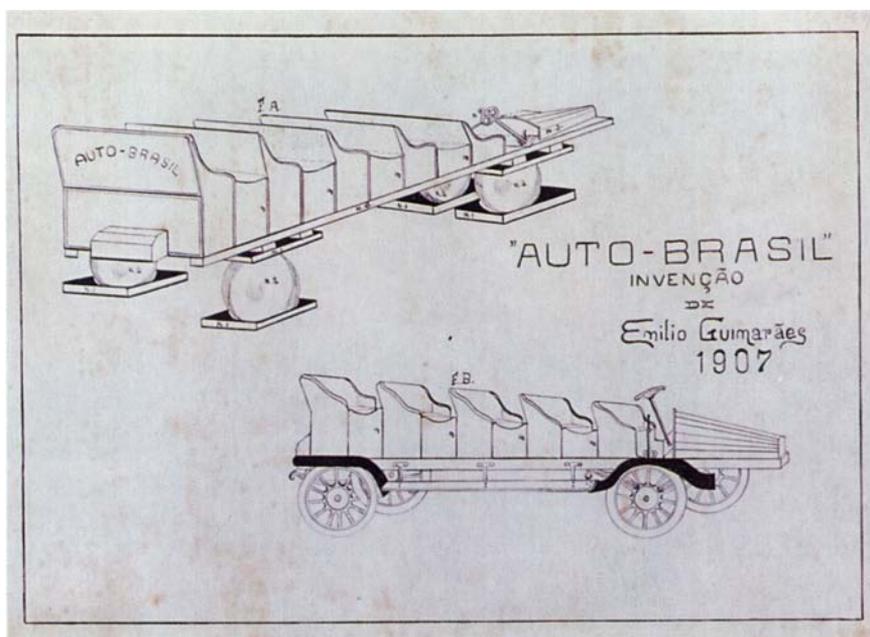
Sistema de casas de banhos. Inventor: Honório Mariante, 1901. Privilégio Industrial 918. Patente concedida. A descoberta da praia, lugar de terapêutica e lazer, foi acompanhada de uma 'série de comodidades', como esta 'casa de banhos'.



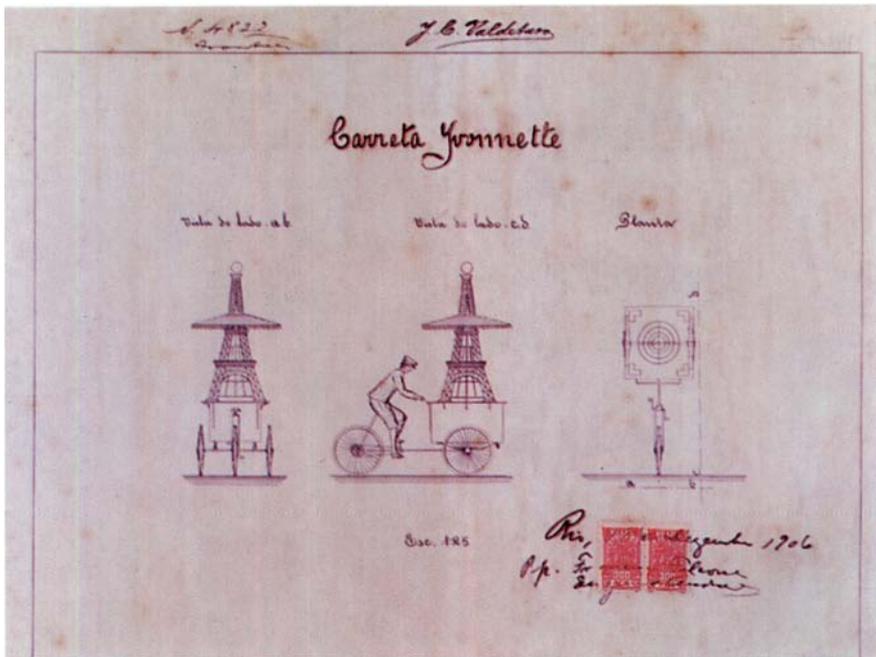
Roupas flutuantes. Inventor: André Cateysson, francês residente no Rio de Janeiro, 1904. Privilégio Industrial 8715. "...um vestuário leve e elegante destinado aos banhistas que flutuarão sempre à flor da água".



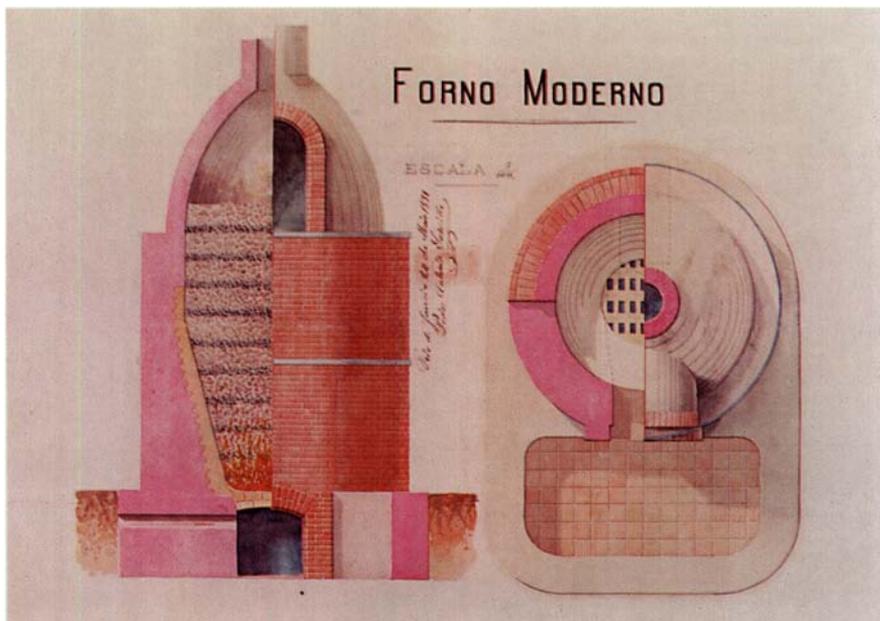
Aparelho para projeções em múltiplos planos e múltiplos campos visuais denominado Cinematógrafo Anunciador Ambulante. Inventor: Salvatore Lazzaro, 1910. Privilégio Industrial 5967. Invento descrito como “a mais sublime maravilha de todos os séculos!”.



Auto-Brasil. Inventor: Emílio Guimarães, 1907. Privilégio Industrial 8804. Um carro fixo, instalado em um salão escuro e dotado de mecanismos de trepidação e oscilação que davam a sensação de movimento, enquanto um filme, rodado a bordo de um automóvel pelas ruas da cidade, era projetado.



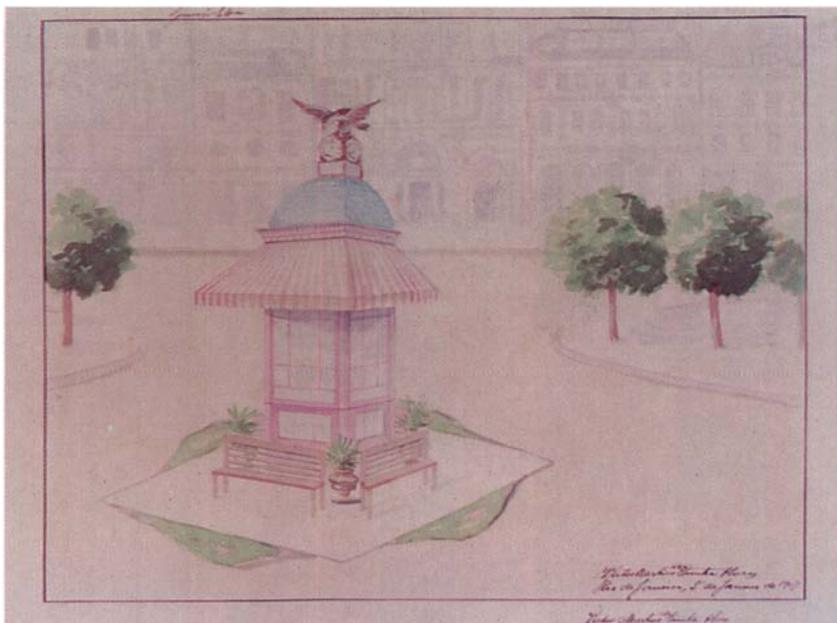
Carreta Ivonete. Inventor: Francisco Falcone, 1906. Privilégio Industrial 4518. Patente concedida. Destinada à venda de flores, frutas, doces e outros pequenos objetos, durante a administração Pereira Passos (1903-06).



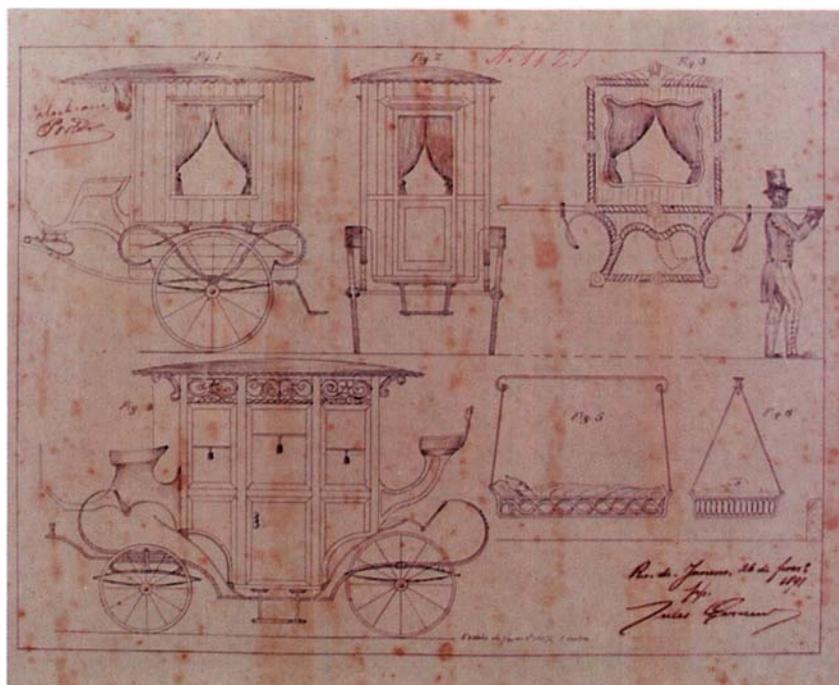
Forno para fazer cimento hidráulico. Inventor: Pedro Antonio Survelle. Privilégio Industrial 8220. Patente concedida. Visava ao melhor aproveitamento do combustível, redução do tempo de cozimento e diminuição do refugo.



Banho portátil. Inventor: Nicola Felice, 1905. Seu inventor registrou a invenção de uma mangueira com buracos, a ser enrolada abaixo do pescoço para facilitar o banho, justificando que este poderia ser tomado depois do almoço, 'sem perigo de congestão'.



Novo sistema de carros-salões e de ambulâncias servindo também para pessoas idosas ou inválidas, denominado Sistema Villalba. Inventores: Carlos Freire Villalba Alvim e Jorge Alberto Vinchon, 1891. Privilégio Industrial 558. Patente concedida.



Pavilhão Brasil. Inventor: Vitor Martins da Cunha, 1909. Privilégio Industrial 7958. Sistema de pavilhões para anúncios, dispendo de caixa de correio, relógio, termômetro, barômetro, espaço para avisos policiais etc. Funcionaria também como abrigo contra o sol e a chuva.